

Terceirização temporária

Mariana Branco

Nos próximos 15 dias, o governador José Roberto Arruda deve assinar autorização para a publicação de editais terceirizando a realização de exames de laboratório e de imagem, contratação de anestesistas, serviço de ambulâncias e transporte de remédios da rede pública. É essa a intenção do GDF, mas o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) mantém posição contrária à idéia, conforme havia adiantado o Jornal de Brasília em matéria publicada na última quinta-feira, que também antecipou a terceirização dos exames.

Segundo a promotora de Defesa da Saúde, Cátia Vergara, o repasse de alguns serviços a empresas privadas só será aceito em caráter complementar, e se a Secretaria de Saúde apresentar um projeto de investimento nas áreas deficientes, para que a privatização seja temporária. Nos próximos dias, ela deve ler documento entregue ontem pelo secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, prestando as informações solicitadas. Se o MPDFT entender que a terceirização não será feita da forma que entende como correta e não houver diálogo com o GDF, pode entrar na Justiça e até impugnar os editais de licitação, caso tenham sido publicados.

"O secretário se comprometeu a nos enviar os editais antes



■ DAS 65 AMBULÂNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, 35 NÃO TÊM MAIS CONDIÇÕES DE RODAR E ESTÃO PARADAS NO PARQUE DE APOIO, NO SIA

que sejam lançados. Segundo ele não haverá substituição, e sim complementação dos serviços prestados, mas para isso é necessário que haja investimento em infra-estrutura, melhorias na gestão e aplicação dos recursos", declarou a promotora, que não deu prazo para um pronunciamento do Ministério Público sobre o assunto.

Para ela, o GDF não sinalizou que existe um planejamento nesse sentido. "O secretário apenas disse que algumas máquinas de raio X estavam sendo adquiridas. Também é preciso analisar outros fatores, como o prazo de contratação desses anestesistas, se a terceirização dos serviços de ambulâncias será apenas dos

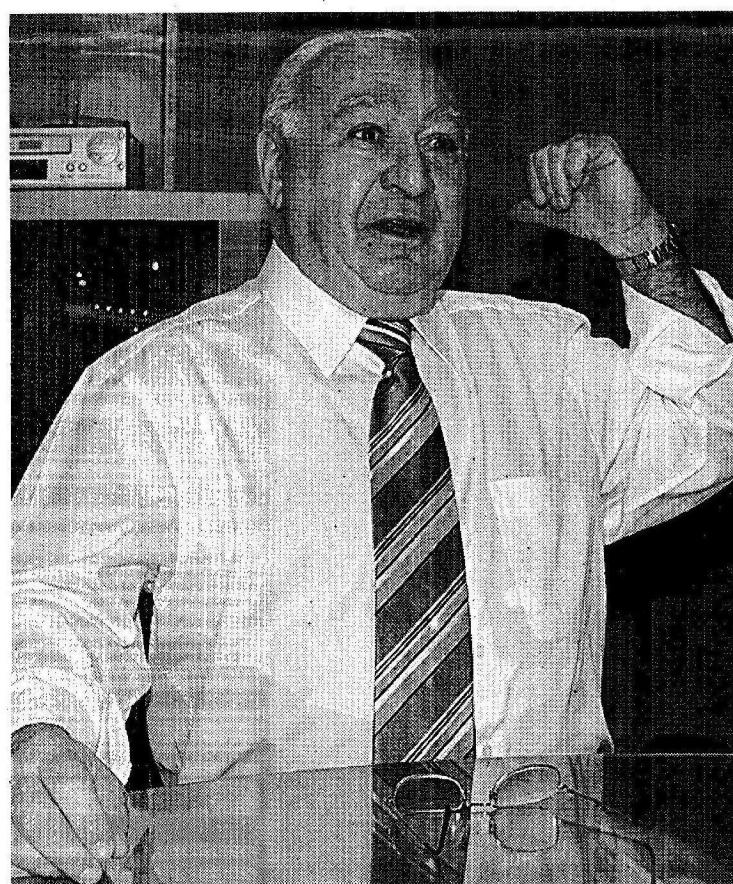
carros ou também da mão-de-obra. Se for apenas dos carros, pode até ser aceitável", disse.

■ Salários baixos

A promotora afirmou, ainda, que a dificuldade em preencher vagas como as de anestesistas está nos baixos salários oferecidos pela secretaria. "Se eles têm dinheiro para contratar em-

presários, por que não investir na saúde pública?", questionou.

José Geraldo Maciel esteve no gabinete de Cátia Vergara depois de receber um ofício na quinta-feira à noite, após a matéria publicada no JBr, pedindo esclarecimentos sobre a possibilidade de terceirização e dando um prazo de 48 horas, em dias úteis, para a resposta.



Maciel mostra as deficiências

No documento apresentado pelo secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, ao Ministério Público do Distrito Federal, estava exposta a situação precária dos equipamentos de diagnóstico e da frota de veículos do órgão, além do problema de falta de recursos humanos.

Das 97 salas de cirurgia da rede pública, por exemplo, 20 estão paradas em razão da falta de anestesistas. Para que voltem a funcionar, seria necessária a contratação de 140 profissionais, mas, segundo Maciel, um concurso público realizado em julho deste ano não conseguiu suprir essa demanda. Não teria havido inscrições suficientes e poucos candidatos aprovados teriam demonstrado interesse em tomar posse.

"Os anestesistas preferem ficar em cooperativas. Faremos uma licitação para con-

tratar uma cooperativa, então. Para se ter uma idéia, se completássemos o quadro de profissionais, mais 10 mil cirurgias poderiam ser realizadas ao ano. Como temos uma fila de 15 mil pessoas aguardando para serem operadas, iríamos zerar a lista de espera em um ano e meio", afirmou o secretário. Atualmente, 215 anestesistas concursados estão na ativa no DF.

Quanto à frota de ambulâncias da Secretaria de Saúde, dos 65 veículos existentes, 35 não têm mais condições de rodar e estão parados no Parque de Apoio, no SIA. Das 30 em funcionamento, 11 são antigos e têm manutenção cara. No fim, apenas 19 ambulâncias estão em boa situação.

O JBr esteve no local onde ficam as ambulâncias que não podem rodar. A frota, que, segundo o gerente de Transportes,

Pedro Valério Freitas, é de 1999, está com a lataria enferrujada, macas e bancos quebrados, portas emperradas e outros problemas. "Contratando a iniciativa privada, há a vantagem de substituição imediata se um carro apresentar defeito. Os veículos da secretaria têm de ficar alguns dias fora de circulação, no conserto", justifica Maciel.

■ Diagnóstico difícil

Os exames de laboratório e de diagnóstico por imagem também estão em situação deficiente. Dos 220 equipamentos de diagnóstico da rede pública de saúde do Distrito Federal, apenas 50% funcionam, 20% estão constantemente quebrados e 30% estão parados. A idéia, com a terceirização, é de que os exames laboratoriais que as unidades públicas não conseguirem realizar sejam feitos em laboratórios particulares, via Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto aos diagnósticos por imagem, devem ser assumidos por empresas nos hospitais do Gama, Taguatinga, Paranoá, Sobradinho e Centro Radiológico de Taguatinga.

A Secretaria de Saúde também pretende contratar uma empresa de logística para cuidar do transporte de medicamentos para as farmácias e centros de saúde. "Muitas vezes, temos os remédios em depósito e eles não chegam à população porque só dispomos de dois caminhões antigos", afirmou José Geraldo Maciel.

De acordo com o secretário de Saúde, os editais de licitação para implementação de todas essas mudanças estão em processo de elaboração e devem ser analisados por assessores jurídicos do GDF.

Sindicato quer debate

A categoria médica e os servidores públicos da Saúde estão apreensivos e resistentes quanto ao projeto de terceirização de alguns serviços. Para César Galvão, presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (Sindmédico), nada deveria ser feito antes de um amplo debate com os setores interessados.

"O sindicato tem grande preocupação com esse projeto de terceirizar atividades-fins da saúde. A questão não foi debatida com entidades médicas nem com os usuários. A iniciativa privada visa lucro, e isso é perigoso em se tratando de saúde pública", comentou.

Já Antônio Agamenon Torres Viana, presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, defende que se invista o dinheiro a ser utilizado na privatização em infra-estrutura e melhores condições de trabalho. "Em vez de melhorar a saúde pública, dão tudo na mão do empresariado", queixou-se.